

Ressignificar a moradia diante da condição cis-heteropatriarcal contemporânea

**Marcos Sardá-Vieira,
Maria Bernardete Ramos Flores***

Resumo Apresentamos algumas experiências pautadas em diferentes formas de morar, para além do significado segregador e excludente da moradia cis-heteropatriarcal, ao longo do século 20. Com base em algumas autoras do feminismo, também questionamos a regulamentação espacial, consolidada no século 19, no âmbito das transformações arquitetônicas e sociais vinculadas à formação da “moradia-estorjo”. Ainda, destacamos a noção da divisão binária hegemônica das tecnologias de gênero e sexualidades ao repercutir na cultura material, nos modos de habitar a cidade e na diversificação de alianças e convivências, para além do significado segregador e excludente da ideia convencional de moradia. Afinal, ao coibir outras experiências de morar, envolvendo grupos dissidentes das representações hegemônicas, quais os efeitos das políticas cis-heteropatriarcais associadas ao padrão do desenho habitacional?

Palavras-chave: moradia, cis-heteropatriarcal, tecnologias de gênero e sexualidades.

Reencuadrando la vivienda frente a la condición cis-heteropatriarcal contemporánea

Resumen Presentamos algunas experiencias a partir de diferentes formas de habitar, más allá del sentido segregador y excluyente de la vivienda cis-heteropatriarcal, a lo largo del siglo 20. Basado en algunas autoras feministas, cuestionamos también la regulación espacial, consolidada en el siglo 19, en el ámbito de las transformaciones arquitectónicas y aspectos sociales vinculados a la formación de la “casa-estuche”. Además, destacamos la noción de la hegemónica división binaria de las tecnologías de género y sexualidades al repercutir en la cultura material, en los modos de habitar la ciudad y en la diversificación de alianzas y convivencias, más allá del significado segregador y excluyente de la idea convencional de vivienda. Al final, al frenar otras experiencias de habitar, ¿cuáles son los efectos de las políticas cis-heteropatriarcales asociadas al patrón de diseño habitacional?

Palabras clave: vivienda, cis-heteropatriarcal, tecnologías de género y sexualidades.

Resignifying housing in the face of contemporary cis-heteropatriarcal condition

Abstract This article presents some experiences based on different ways of living, beyond the segregating and excluding meaning of cis-heteropatriarcal housing, throughout the 20th century. Based on some feminist authors, we also question spatial regulation, consolidated in the 19th century within the scope of architectural and social transformations linked to the formation of the “housing-case”. Furthermore, we highlight the notion of the hegemonic binary division of technologies of gender and sexualities by having repercussions on material culture, on ways of inhabiting the city and on the diversification of alliances and coexistence, beyond the segregating and excluding meaning of the conventional idea of housing. After all, by making other experiences of living impossible, what are the effects of cis-heteropatriarcal policies associated with the pattern of housing design?

Keywords: housing, cis-heteropatriarcal, gender and sexuality technologies.

Neste artigo, problematizamos o valor simbólico associado à moradia em sua vinculação majoritária com a estrutura socioespacial de reprodução e manutenção dos valores cis-heteropatriarcais. Para isso, partimos do pressuposto de que a configuração básica da unidade habitacional está imbricada como efeito das regulamentações e disciplinas das tecnologias de gênero e sexualidades. Ademais, diante da constituição da habitação, em sua maioria com base no modelo de família patriarcal e cis-heteronormativa, analisamos as relações de exclusão, violência e carência de alternativas para o espaço de abrigo diante da convenção arquitetônica decorrente dessas políticas restritivas na cidade contemporânea.

O uso do termo tecnologias de gênero e sexualidades é visto aqui como o resultado das implicações de interdição e censura sobre o gênero e as sexualidades a partir de diferentes tecnologias sociais, epistemológicas e práticas institucionalizadas no cotidiano, atuantes de maneira uniforme e maciça. Portanto, a influência da família, escola, igreja, televisão, internet e outros meios de socialização reproduzem a tendência de homogeneidade formal e simbólica desse poder ao longo de todas essas instâncias políticas, jurídicas e resilientes sobre corpos e desejos (FOUCAULT, 2008; DE LAURETIS, 1994).

Quanto ao termo cis-heteropatriarcal, nos referimos às concepções culturais e ideológicas institucionalizadas por antigos códigos e leis para fundamentar o domínio e a hierarquia de homens cisgêneros e heterossexuais sobre outras pessoas e categorias sociais, em especial, na subordinação com base nas diferenças corporais, de orientação sexual e identidade de gênero (LERNER, 2019). Sobre o termo cisgêneros¹, nos referimos às pessoas em que a designação de gênero atribuída em seu nascimento corresponde com sua identidade no decorrer da vida (RODOVALHO, 2017). Embora algumas dessas concepções representativas de práticas e discursos sejam alteradas em função do momento histórico, geográfico e sociocultural, abordamos a relação da habitação enquanto dispositivo de disciplinarização e de regulamentações sociais, como efeito da revolução industrial e das transformações do urbanismo² no final do século 19.

Desde aquele século, além do significado de afeto e memórias obtido da relação entre as pessoas e os lugares, a ideia de habitação também surge como elemento básico para a constituição de identidades e o efeito de permanência das pessoas em condições estritas de ambientes urbanos precedentes, que nem sempre foram salubres. É nesse sentido que o uso do termo habitação identifica tanto o valor simbólico no uso desse espaço (a moradia) quanto o caráter funcional e construtivo do objeto arquitetônico (a casa) voltado para atender às necessidades universais das pessoas. Portanto, ainda que o termo habitação abranja plenamente a compreensão do processo de residir em um lugar, seja em uma casa, uma vila ou na forma de alojamento, destacamos o conceito moradia por este elucidar melhor o significado cultural, emocional e social de uma determinada residência na identificação e representação de seus habitantes (LIRA, 2009).

* Marcos Sardá-Vieira é Arquiteto e Urbanista, Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-0263-0992>>. Maria Bernardete Ramos Flores é Historiadora, Professora Titular Aposentada do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-9438-031X>>.

Notas 1 e 2 da página anterior:

¹ Em latim o termo “cis” significa “do mesmo lado”, por isso, é utilizado para contrapor a designação do termo “trans”, utilizado como prefixo (transgêneros) referente à transição da identidade de gênero atribuída ao corpo biológico no nascimento (RODOVALHO, 2017, p. 365).

² Salientamos que essas reflexões dizem respeito aos modelos eurocêntricos de proposição urbana e reconhecemos que existe e existiu uma infinidade de práticas de morar, mas que foram sub-representadas pelos parâmetros desses saberes hegemônicos.

³ O termo heterossexualidade compulsória surgiu por volta de 1980, questionando a imposição da heterossexualidade como única maneira de vivenciar a sexualidade; e foi apresentado, primeiramente, por Adrienne Rich e Monique Wittig, ao questionarem a invisibilidade lésbica e a imposição do casamento heterossexual como inevitável às mulheres; como se essa definição padrão para os gêneros binários fosse moldando e materializando o corpo para esta condição de vida, de sexualidade e de abrigo (COLLING, 2016).

Na medida em que a habitação não pode estar desassociada das condições sociais, econômicas e políticas onde está inserida, também é importante ressaltar suas relações com o sistema-mundo moderno e colonial. Este sistema global, que vem se desenvolvendo desde a expansão colonial europeia do século 16, caracteriza-se pela exploração de recursos humanos, culturais e naturais de regiões colonizadas como o Brasil e a América Latina no intuito de beneficiar potências colonizadoras, como os países europeus. Na atualidade, tais relações ainda se pautam pela apropriação territorial, inclusive nos modos especulativos de configurar o espaço urbano em países subdesenvolvidos. Desse modo, a ideologia de racialização e discriminação social, distinguindo a corporalidade e subjugando, principalmente, os povos indígenas e negros, embasa o sistema de expropriação do direito à cidade a essas pessoas, ao mesmo tempo em que reflete a conformação habitacional de precariedades às populações colonizadas, muitas vezes, em espaços superlotados e sem condições adequadas de salubridade e segurança (MUSSET, 2009; QUIJANO, 2005; WALLERSTEIN, 1974).

Afinal, será a habitação um dispositivo espacial de regulamentação e disciplina imbricado na naturalização da diferença sexual e na minimização de outras experiências de moradia e, até mesmo, de estruturas familiares? Até que ponto a necessidade associada ao abrigo tornou-se parte da idealização hegemônica das relações socioespaciais do patriarcado cisgênero e heteronormativo?

A partir de referencial teórico e abordagem interdisciplinar sobre as temáticas gênero, espaço e sexualidades, nosso objetivo é problematizar o(s) significado(s) atribuído(s) à habitação a partir do conceito *moradia*, como parte da cultura material hegemônica centrada na concepção de núcleos familiares, nas interpretações binárias de categorias sociais e interseccionais (como gênero, espaço, sexualidades e classe social) e, com isso, validando subordinações e exclusões no âmbito da moradia.

Apesar de o valor imagético de objetos e discursos ser parte da estrutura de representação e regulamentação social, da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória³ (COLLING, 2016), salientamos que o desapego com os significados dessa estrutura material a partir de associações comunitárias de cuidado e afetividade colaborativa são alternativas viáveis e necessárias para a redução de conflitos. Portanto, ao final, consideramos que propostas alternativas, com base em novas experiências de casa-abrigo e novos sentidos políticos do desenho arquitetônico, podem gerar mudanças substanciais na concepção da habitação e nos modos de (res)significar a moradia.

A moradia como essência do habitar?

Segundo Heidegger (2002), habitar é o modo como os mortais são e estão sobre a Terra. Ao construir o lugar do abrigo e das vivências, segundo o filósofo, a humanidade cultiva seus vínculos com o espaço e as coisas (objetos e discursos), organizando e definindo o traço fundamental que caracteriza a vida humana, como se fosse necessário alterar as condições ambientais, organizar o lugar para depositar coisas, emoções e estabelecer limites. Neste sentido, Heidegger (2002) considera que a relação entre humano e espaço define a essência das coisas e dos lugares, como se a partir das coisas fosse possível estabelecer o espaço de ocupação e se demorar nele. A demora junto às coisas, o autor define como um traço humano. Mas, entre tantas opções de lugares para se viver, será que a tendência de apego com as coisas e os lugares não seria

em função da própria condição imposta por estas coisas e lugares, preestabelecidos como modo fixo de uma existência irrefutável? Com efeito, não seria a convenção da moradia apenas mais uma entre tantas maneiras de habitar o mundo?

As definições de povoado, vilarejo e de cidade sempre foram justificadas pela habitação (ROSSI, 2001), devido à necessidade fundamental de que esta constitui-se basicamente no local de descanso, para estocar alimento, objetos e garantir a privacidade das pessoas. Contudo, o descanso e a proteção do corpo durante determinado período não exigem, exatamente, a vinculação da pessoa com modelos específicos de casa e nem a associação subjetiva com a moradia unifamiliar, ainda que essa necessidade básica do abrigo diante do ciclo de dias e noites não seja, exatamente, o foco de nosso questionamento. Por isso, mesmo que a ideia da casa isolada, situada em bairro residencial, com jardim frontal, carro na garagem e beiral com telhas planas seja uma possibilidade de escolha, a necessidade de abrigo e da privacidade não precisaria estar vinculada a uma concepção essencial de habitação urbana e padronizada para atender a um perfil social homogêneo, como medida de maior controle e governo da população.

Numa reflexão essencialista, Gaston Bachelard (1978) evoca uma descrição particular da moradia em sua fenomenologia do espaço tendo a casa como referência básica. O filósofo considera a experiência fenomenológica e psicológica da casa como desejo fundamental de todos os seres humanos diante da necessidade por um local de descanso e proteção. Talvez esta proposição seja verdadeira em certas situações históricas ou da concepção de indivíduos, em períodos de maior vulnerabilidade, onde a cidade não seria suficiente para distinguir suas particularidades identitárias. Entretanto, afastando o indivíduo de seus apegos materiais e promovendo maior segurança e conforto no âmbito do espaço público e coletivo, seria possível reduzir a relação de apego com a propriedade privada e relativizar seu caráter de necessidade essencial? Ou seria a casa um dispositivo espacial nos moldes do Panóptico descentralizado?

Ao analisar o processo de racionalização da moradia, Silke Kapp (2007) faz referência à interpretação de Walter Benjamin (2009), para quem a moradia do século 19 funcionava como um estojó, onde cada objeto era acomodado no seu interior perfeitamente moldado para o conteúdo. Esta noção da casa como estojó, que resulta neste formato de segmentações, acontece em decorrência do raciocínio tecnocrático do século 19 em ordenar a moradia da mesma forma que esperava ordenar o mundo. Outra razão para esta comparação estaria na visão da moradia-estojó para atender ao conforto interior, devido à forração interna do estojó possibilitar um ambiente aconchegante e singular para o encaixe perfeito do usuário e dos objetos em seus moldes pré-fabricados. Ou seja, da mesma forma que o estojó é racionalizado, predeterminado e constrangedor, ele também representa um recanto privado onde a felicidade pode ser criada, mesmo sob a condição de “privação da vida pública” (KAPP, 2007, p. 2).

Assim, nesta visão do espaço privado do século 19 como um estojó, é interessante observarmos a possibilidade desse modelo de criar o recanto de felicidade aos moradores, em especial, destinado ao perfil social da classe burguesa da época. Este aspecto subjetivo acrescentava valor à moradia e destacava a habitação como um espaço privilegiado na distinção entre classes sociais. Entretanto, Kapp (2007) ressalta que a ideia da moradia-estojó estava pautada na permanência, em contraponto ao

movimento do espaço público e às transformações sociais de reformas urbanas no final do século 19 e início do século 20. Nesse período, a idealização arquitetônica ainda buscava a singularidade de seus proprietários na concepção do espaço e dos objetos para a composição dos ambientes. O interior da moradia era visto como obra de arte feita para atender às necessidades do proprietário real, diferente da referência posterior do edifício genérico feito para usuários abstratos. A proposta do ambiente singular e permanente, portanto, desconsiderava a mudança na vida e no gosto de seu proprietário, permanecendo fixo, inalterado, enquanto necessidades e desejos, para se adequar ao caráter permanente da própria moradia (KAPP, 2007).

A partir de 1920, após a Primeira Guerra Mundial, houve uma nova inserção dos profissionais da arquitetura atuando na construção de habitações populares. No início surgiram concepções espaciais mais fluídas, transparentes e com funções mutáveis. Depois, o modelo de moradia-estojo tornou-se mais impessoal, o que facilitou o (a)condicionamento do perfil de habitantes. Com o início das atividades do CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna), a partir de 1929, predominou a ideia do espaço habitacional mínimo com “o intuito de enquadrar a população trabalhadora num modo de vida preconcebido, em detrimento das possibilidades de abertura e flexibilização” nos arranjos espaciais da moradia (KAPP, 2007, p. 4). Inserir a população nesta moradia-estojo ainda menos flexível e maleável impedia certas formas de ação, aumentava o controle e, pouco a pouco, eliminava qualquer característica criativa e de vontade própria a partir da representação do espaço que essas pessoas habitavam. Com isso, a moradia de massa tornou-se apenas um entreposto para funções básicas de alimentação, higiene e procriação, dentro da engrenagem produtiva. “Nenhum desses ambientes [habitacionais] comporta[va] o desenvolvimento criativo da própria personalidade ou qualquer espécie de ação inusitada” (KAPP, 2007, p. 4).

Tanto o *Art Nouveau* (entre 1890 e 1920) quanto o funcionalismo modernista intencionaram conceber espaços e objetos domésticos de acordo com um roteiro específico de atividades a serem impostas aos seus moradores. Entretanto, tornou-se impraticável a manutenção do comércio baseado na lógica das atribuições de durabilidade aos objetos e nas configurações de permanência espaciais, por não atenderem ao ciclo imediato de consumo na aquisição de novos produtos. Por isso, o mercado construtivo e o contexto socioeconômico moldaram “a mentalidade dos consumidores para um ciclo de compra e descarte do qual a moradia também se torna[ra] parte” (KAPP, 2007, p. 6). Mesmo alterando o nível de consumo, as pessoas estavam vinculadas a padrões predeterminados entre diferentes categorias de produtos, que, pela quantidade que eram ofertados, normalmente, apresentavam pouca diversidade. Neste caso, não interessava os desejos e vontades específicas do público, mas sim o que a produção industrial teria para oferecer.

Portanto, a história da síndrome do estojo, que começou com a sociedade burguesa do século 19, foi reformulada pelo padrão estabelecido no período do *Art Nouveau* e tornou-se massificada com a construção de grandes conjuntos habitacionais para a classe trabalhadora. Este padrão foi estabelecido durante longos processos de autoritarismo por iniciativa de empresas privadas e do Estado, desde o início do século 20. Ainda, segundo Kapp:

Essa síndrome consiste num modo de concepção de moradias em que o bem-intencionado projetista prevê cuidadosa e meticulosamente cada movimento, ação, evento e objeto de um futuro usuário abstrato. O usuário é abstrato para o projetista, porque abstrair significa subtrair e o projetista recolhe as características do usuário de estatísticas genéricas e vagas representações próprias ou, no melhor dos casos, de um curto momento de contato direto. O projetista cria o cenário tido por ideal para esse usuário abstrato, observando preceitos de conforto e funcionalidade, por sua vez baseados em sistematizações genéricas, tais como as registradas no Neufert - a bíblia da medida exata de objetos, seres humanos e movimentos, e o livro mais vendido de arquitetura em todos os tempos. Sobre os usuários, essa previsão cuidadosa tem um efeito sedutor: ela promete aconchego e conforto e evoca as imagens de vida familiar bem ordenada que a indústria cultural se encarrega de propagar. Apenas depois de algum tempo de uso instalam-se os conflitos, porque os acontecimentos concretos sempre ultrapassam o roteiro abstrato para o qual o espaço foi projetado. (KAPP, 2007, p. 7)

Hoje em dia, este formato da unidade habitacional enquadrado na malha urbana reticulada refere-se a um sistema imposto pelos meios de produção e consumo, que mantêm como referência o perfil uniforme de consumidores na relação conjugal e familiar cis-heteronormativa. Esse modelo arquitetônico segue como padrão no Ocidente, assim como são definidos e consolidados os programas de necessidades para outras funções do planejamento urbano. Isso acontece tanto na materialização do planejamento espacial quanto na incorporação de valores simbólicos, naturalizados e compulsórios da indústria cultural e na representação de objetos e técnicas construtivas. Ao mesmo tempo, a habitação perde seu caráter de bem social e torna-se, cada vez mais, uma mercadoria sob os efeitos da financeirização, envolvendo práticas, agentes, narrativas e subjetividades, que transformam a economia, as empresas e os grupos familiares em ações especulativas do capitalismo contemporâneo (ROLNIK, 2015).

Tecnologias nos moldes cisgênero, heteronormativo e patriarcal

A ideia da casa, como núcleo associado às necessidades de uma família formada pela relação monogâmica entre homem e mulher cisgêneros e sua prole, tende a ser o foco principal na caracterização da estrutura das cidades contemporâneas. Desse modo, consideramos a possibilidade de esses fenômenos naturalizados influenciarem na produção uniforme da habitação (enquanto investimento material e simbólico) e como parte do repertório ideológico reproduzido pela heterossexualidade compulsória.

A essência dessa concepção de habitar costuma organizar as concepções majoritárias da cultura material e urbana na definição da casa como objeto de desejo, independente da particularidade dessa moradia, dos hábitos e dos interesses de cada pessoa, vivendo sozinha ou acompanhada. Os princípios dessa realidade encontram-se dominados, principalmente, pela representação masculina e cis-heterossexual, enquanto valores culturais ideológicos, excludentes e moralistas, ao privilegiarem relações de poder pautadas na dominação de algumas pessoas sobre as outras com base em suas condições de corpos, identidades e desejos. Parte desse sistema diz respeito à construção do patriarcado e refere-se à dominação de normativas cis-heterossexuais e masculinas na organização da sociedade.

De acordo com Gerda Lerner (2019), o surgimento do patriarcado remonta há quase 2.500 anos e, desde então, vem se constituindo como modelo de operação social predominante em distintas sociedades e culturas. A base de sua formação é pautada na subordinação de mulheres e grupos dissidentes da heterossexualidade ao domínio de homens cisgêneros e heterossexuais. De acordo com a historiadora:

Os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos [são] expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. Também, e de forma mais significativa, [são] manifestados em metáforas primordiais, as quais se tornaram parte da construção social e do sistema explicativo. (LERNER, 2019, p. 261)

Em geral, ao longo da modernidade, tais estruturas de constituição do sujeito foram e são estabelecidas por meio de tecnologias (sociais e políticas) associadas aos meios de produção, de signos, de poder e, finalmente, da tecnologia do eu, esta última atuando sob o domínio do próprio indivíduo, transformando seu corpo, sua alma, seus pensamentos e condutas na busca por um estado de satisfação e conciliação social. Assim, esses processos de regulamentação e disciplina continuam sendo estabelecidos pelas tecnologias de poder na medida em que estão atuantes em toda a sociedade. Seja por meio de instituições, linguagem, meios de produção e na própria moralidade do cuidado de si, os diferentes modos de vigilância e controle atuam sobre os desejos e moralidades, infiltrando-se através de decisões globais e intervenções capilares (FOUCAULT, 2014; 2008).

Esse fator premente de constituição da cultura material por categorias de gênero e sexualidades é problematizado pelas teóricas feministas. Para Monique Wittig (2006), o discurso que estrutura o sistema teórico moderno e da ciência social, funcionando como um aglomerado de conceitos primitivos em todas as disciplinas, teorias e ideias correntes, é chamado por ela de pensamento hétero. Este pensamento abrangeria o contexto das mulheres, dos homens, do gênero, da sexualidade, da diferença sexual, da cultura e do que é real, pois tratam-se de conceitos universais para este sistema a serem aplicados na interpretação de todas as sociedades, todas as épocas e todos os indivíduos. Ainda, segundo a autora, a consequência dessa tendência do pensamento hétero está em conceber uma cultura social ordenada pela heterossexualidade, entre processos conscientes ou não. Essa estrutura, que ordena a produção de conceitos e as relações humanas, define uma retórica revestida por mitos e enigmas, cuja função é determinar a segmentação entre ser ou não ser heterossexual. Por isso, tornam-se imprescindíveis determinados comportamentos e a filiação a instituições específicas da sociedade, como uma ordem simbólica que estabelece a distinção do estar contido no pensamento heterossexual (WITTIG, 2006).

Nesse contexto, Teresa de Lauretis (1994) afirma que a desvinculação da diferença sexual pautada pelo binarismo entre mulher-homem passa pela noção de que o gênero é produto de práticas, epistemologias e instituições, que criam a noção de diferença dual por meio de diversas tecnologias sociopolíticas. Por esse motivo, a autora considera que o gênero e a sexualidade são representações construídas, em grande parte, pela viabilidade dessas tecnologias sociais e políticas, que incidem sobre a subjetividade e, também, sobre os fatos concretos do cotidiano. Por outro lado, ao fugir do caráter da diferença sexual associada à noção binária do gênero, despertam-se outros potenciais epistemológicos e discursivos para a pessoa se tornar múltipla

(ao invés de única) e contraditória (em vez de dividida). Assim, para tornar possível essa experiência é importante a interseccionalidade de categorias sociais como raça e classe, além de gênero e sexualidades (DE LAURETIS, 1994).

A perpetuação desses valores e regras na manutenção incessante da dominação masculina e cis-heterossexual sobre outros modos de vida está na organização de sua unidade básica, a família patriarcal. Desse modo, na produção desse sistema social de regulamentação e apropriações (inclusive, de corpos a serem subordinados), consideramos indispensável relativizar a concepção da habitação convencional como unidade física de perpetuação desse sistema de desigualdades, violências e conflitos existenciais (LERNER, 2019).

Na atualidade, outros questionamentos surgem pela continuidade dos movimentos sociais feministas e pós-identitários e por maior representação política das mulheres, de homossexuais e transexuais em ações sociais, onde são reforçados os discursos e questionamentos contra a divisão binária de gênero e a exclusão de corpos e desejos não correspondentes à *tradição* cis-heteronormativa. Desse modo, em defesa de políticas públicas mais plurais e inclusivas, esses valores e tradições, que fundamentam a cultura material e a noção da habitação contemporânea, tornam-se questionáveis enquanto significados, hábitos e necessidades homogêneas para atender ao padrão estabelecido para a sociedade e o meio urbano (SARDÁ-VIEIRA, 2021; SANTOS, 2018).

É neste sentido que a palavra habitar, relativa a uma maneira repetida de se apropriar do mesmo espaço de abrigo, apresenta estrutura similar à palavra hábito enquanto rotina de atitudes e comportamentos. É também neste sentido que a noção de *habitus* diz respeito à incorporação de estruturas mentais similares entre os indivíduos quando compartilham o mesmo contexto sociocultural. Com base neste *habitus* incorporado, as pessoas fazem suas escolhas permeadas pelos valores presentes socialmente (BOURDIEU; CHARTIER, 2011).

Pelo fato de ser um processo de apreensão cultural, existe também a possibilidade de se romper com o contexto do *habitus* da moradia como valor absoluto, enquanto processo onde indivíduos interiorizam e transformam as estruturas do mundo social “em esquemas de classificação que orientam seus comportamentos, suas condutas, suas escolhas e seus gostos” (BOURDIEU; CHARTIER, 2011, p. 57).

Essa estrutura de raciocínio sobre o *habitus* da moradia, reproduzindo espaços convencionais, também é parte da manutenção das relações cis-heteropatriarcais como referência majoritária das necessidades associadas à cultura material. Desse modo, o discurso que utiliza a arquitetura e o *design* como linguagem, enquanto estratégia política e econômica de manutenção do poder, ao mesmo tempo em que se reafirma como padrão, também coíbe outras possibilidades de discursos na desconstrução desse entendimento (associado à identidade de gênero e às sexualidades) que não seja para atender a determinados propósitos (SANTOS, 2018).

Moradias colaborativas e a política do desenho

Diante do que foi comentado até aqui, é possível compreendermos que a moradia costuma ser um dos lugares mais estereotipados para as convenções sociais. São como referências pontuais de compartilhamento espacial e identificação dentro de núcleos

familiares, que tanto podem proteger, cuidar e educar, formando um recanto de carinho e afeição comum, quanto servirem como locais privativos para se cometerem abusos, violências físicas e psicológicas marcadas por hierarquias nas relações de gênero, sexualidades e parentesco (GOMES, 2008).

Entre os efeitos mais nefastos dessa apropriação, configurada por hábitos e ambiência doméstica, a violência contra as mulheres deflagra o principal efeito da cultura de dominação masculina a ser combatida⁴. Entre os aspectos relacionados nesse combate está a revisão dos pressupostos da moradia como local de confinamento e submissão do feminino. Os efeitos dessa prática recorrente de violência de gênero (também interpretada como violência doméstica) em várias sociedades patriarcais de diferentes países definem um dos principais problemas de saúde pública e violação dos direitos humanos (ENGEL, 2020; PINHEIRO, 2020; Organização Mundial da Saúde, 2015). Por isso, essa temática tem sido uma das principais frentes de luta dos movimentos feministas contemporâneos (KRENKEL; MORÉ, 2017). Completando sobre o impacto econômico da violência doméstica nos sistemas de saúde em diferentes países, Linda L. Dahlberg e Etienne G. Krug afirmam:

É difícil calcular o impacto exato de todos os tipos de violência sobre os sistemas de saúde ou seus efeitos na produtividade econômica em todo o mundo. A evidência existente indica que as vítimas de violência doméstica e sexual têm mais problemas de saúde, custos significativamente mais altos de tratamento de saúde e consultas mais frequentes aos atendimentos de emergência durante toda a sua vida do que os que não sofreram tais abusos. O mesmo sucede com vítimas de abuso e abandono infantil. Tais despesas contribuem substancialmente para o aumento do orçamento anual de tratamentos de saúde. (DAHLBERG; KRUG, 2006, p. 1172)

Analogamente, mediante o contexto de legitimação social das violências contra lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros é comum esses indivíduos, assim identificados, abandonarem suas casas e o convívio devido à discriminação de seus familiares em função da dissidência com o padrão heteronormativo e cisgêneros (CAMPOS; MORETTI-PIRES, 2018; SCHULMAN, 2012). Mesmo quando a violência não resulta em expulsão, em geral, é comum que a convivência em meio à hostilidade torne insuportável a permanência de indivíduos LGBTQ+ sob o mesmo teto de convívio familiar, principalmente, devido à prática da evitação⁵ e à invisível e persistente homofobia generalizada (SCHULMAN, 2012).

Assim, diante da necessidade fundamental pelo espaço de descanso e cuidados cotidianos, essas práticas de violência e discriminações desafiam a dicotomia entre público e privado (SCHULMAN, 2012). Isso ocorre devido à estrutura de redes sociais estar alinhada com a função do núcleo familiar como refúgio, independente das crueldades advindas da esfera pública e cultural. Entretanto, quando essa demanda pela resolução de conflitos interpessoais e familiares não é atendida no âmbito privado, são as mobilizações públicas e coletivas que precisam atuar para compensar a lacuna e o desgaste dessas pessoas precarizadas, isto é, não mais adequadas ao formato da moradia como estójo. Nesses casos, seria possível considerarmos outros modos de dar sentido ao espaço da habitação?

De maneira similar à constituição cultural do perfil ideal heteronormativo, com suas falas e corporalidades entre masculino e feminino, reconhecíveis enquanto norma,

⁴A violência contra as mulheres é praticada por qualquer ato de ameaça, coerção e privação da liberdade com base na submissão do gênero feminino, resultando em danos físicos, sexuais, psicológicos, patrimoniais e simbólicos (KRENKEL; MORÉ, 2017; GOMES, 2008).

⁵Evitação é uma forma homofóbica de crueldade mental apresentada por Sarah Schulman (2012) ao se referir à exclusão recorrente de homossexuais da participação em conversas e das estruturas sociais de interação onde a heterossexualidade é hegemônica. Seria o equivalente a evitar ou ignorar. Para a autora, a evitação é uma das práticas de homofobia familiar.

o conjunto habitacional também se define no senso comum como produto dos discursos elaborados por esse sistema dominante. Assim, esse conjunto de aspectos materiais, que dá forma à casa, torna-se reconhecível a partir do condicionamento cultural das subjetividades diante da interpretação sobre valores e ideologias com as quais estão inter-relacionados. Entretanto, apesar de a estrutura espacial, que rodeia nossos corpos, ser composta como produto de discursos e objetos elaborados pelo sistema dominante, consideramos ser possível reelaborar essas concepções diante de novas necessidades e desafios a partir das experiências vivenciadas sob violência e exclusão social.

Nessa perspectiva, torna-se válido repensarmos a formação de modos de morar transitórios nesse diálogo entre dicotomias e preconcepções de apreensão, efetivando a relativa noção de moradia padrão como local seguro, afetivo e receptivo, ainda mais quando envolvem relações familiares baseadas em conflitos e medos relativos à não subordinação de comportamentos ligados ao gênero e às sexualidades hegemônicas. Situações essas em que a relação espacial, como ambiente de proteção e refúgio, torna-se fundamental para a redução dos riscos da violência contra as mulheres e as pessoas LGBTQ+, na medida em que costumam coabitar o espaço com seus agressores devido à falta de local alternativo para o acolhimento.

Nessa perspectiva, com a intenção de reduzir a violência doméstica no Brasil é que surgiram, em 1970, os primeiros abrigos para receber mulheres vítimas da violência física ou sexual, perpetrada por seus companheiros íntimos (KRENKEL; MORÉ, 2017). Assim, nossa compreensão de habitação transitória encontra respaldo na experiência atual das casas-abrigo, enquanto hospedagem temporária destinada às vítimas de violência doméstica.

Diante da impossibilidade recorrente de as mulheres vitimadas obterem ajuda em suas redes sociais e familiares, a casa-abrigo institucional surge como alternativa de hospedagem temporária para proteger essas mulheres e, eventualmente, sua prole, da convivência contínua com o agente de agressão, por falta de outra opção de habitação durante o período de transição para a sua autonomia (KRENKEL; MORÉ, 2017). Em outras palavras:

As casas-abrigo são locais de caráter temporário, seguros e sigilosos que têm por objetivo garantir a integridade física e psicológica das mulheres que estão em situação de violência e sob risco iminente de morte. As ações realizadas nas casas-abrigo estão pautadas em: promover o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e a seus filhos, especialmente nas áreas social, jurídica e psicológica; promover condições para a reinserção social da mulher após sua saída da casa-abrigo, como trabalho e renda, moradia, creche para os filhos e inserção nos programas de saúde; informar à mulher quanto aos seus direitos e meios para exercê-los; oferecer um ambiente acolhedor para as mulheres visando ao exercício de sua autonomia e recuperação da auto-estima, atuando como um importante dispositivo no conjunto de recursos para o enfrentamento da violência contra a mulher. (KRENKEL; MORÉ, 2017, p. 771-772)

Analogamente, a grande quantidade de lésbicas, gays e transgêneros, expulsos/as do âmbito familiar e recorrendo à ajuda de terceiros, ou mesmo, vivendo nas ruas das cidades brasileiras, tornou necessária a criação de projetos sociais de moradia alternativa para atender a essa carência de pessoas excluídas por sua orientação sexual dissidente



Figura 1: Centro de Acolhida Casa 1 como referência de casa-abrigo às pessoas LGBTQ+ em São Paulo. Fonte: [casaum.org](https://www.casaum.org). Disponível em: <<https://www.casaum.org/wp-content/uploads/2023/06/home-acolhida-1.jpg>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

em obter um local de acolhimento, auxílio e estímulo à autonomia. Algumas dessas iniciativas, inclusive, estão presentes em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, através de organizações sociais sem fins lucrativos, que contam com doações e apoios institucionais (figura 1). Nessas casas, além da função residencial temporária para homossexuais e transexuais, também são ofertados acompanhamentos psíquicos, espaços de interação cultural e formação educativa, para reforçar a autoestima dessas pessoas em sua reintegração com a sociedade, não mais por intermédio institucional familiar (DUARTE; CYMBALISTA, 2019).

Em geral, nesses centros de atendimento e hospedagem a pessoas LGBTQ+ são definidas novas interações espaciais para o acolhimento institucional e interpessoal com o propósito de promover novas experiências para a unidade de moradia. A aproximação pelo lugar torna possível a aproximação por meio das histórias de vida e identidades pessoais, na reformulação de laços afetivos e redes sociais de interação. Ou seja, são habitações conformadas com menor caráter de apropriação individual e maior abertura ao contexto público e social. Nesse sentido, dizem respeito às experiências colaborativas e politicamente engajadas na construção de novas referências habitacionais.

Essa configuração aproxima-se de outros modos de habitar chamados de *Coliving* e *Cohousing*, que seriam o compartilhamento do espaço privativo sem estabelecer laços afetivos, familiares e fraternos. Nesse caso, além de dividir custos habitacionais, o objetivo também seria promover núcleos residenciais alternativos para relações entre pessoas afins, sem considerar estritamente os laços consanguíneos (NUNES; VIEIRA, 2019). Em nossa compreensão, essa aproximação entre *Coliving* e casa-abrigo se daria em projetos arquitetônicos de inclusão e sensibilidade, considerando as necessidades de segurança, privacidade, bem-estar emocional e acolhimento. Aspectos esses que reunidos em ambientes confortáveis, protegidos e úteis promoveriam uma rede de apoio suplementar aos residentes e de novos significados aos modos de compartilhar a moradia.

Entretanto, consideramos que os novos significados advindos de relações sociais comuns nem sempre influenciam na conformação material de novas configurações espaciais da habitação. Por isso, mesmo que as experiências de compartilhamento e as novas redes sociais imprimam novos sentidos às relações cotidianas e sociais, em geral, a composição do espaço permanece similar aos conceitos tradicionais, sob a justificativa de atender às necessidades básicas de descanso, higiene pessoal, preparação de alimento e depósito de pertences pessoais.

Portanto, embora esses exemplos sejam adaptáveis aos usos e necessidades convencionais atribuídos à conformação do espaço habitar, argumentamos que eles não promovem alterações substanciais na forma, na função e na técnica arquitetônica em comparação às habitações precedentes. Em outras palavras, esses ambientes adaptados ou construídos como habitações compartilhadas e casas-abrigo não subvertem, necessariamente, o próprio significado da habitação na revisão dos pressupostos ideológicos cis-heteropatriarcais. Pelo contrário, a concepção essencial da moradia ainda resulta em confinamento e claustro de práticas vistas como imprescindíveis às necessidades humanas, ao mesmo tempo em que são indispensáveis ao modo de produção capitalista.

É nesse entendimento que Galván (2017) aponta o desenho arquitetônico como possibilidade de ação política para desabilitar o sistema codificado de opressão da ordem social, presente na estrutura espaço-objeto. Para ele, tanto o desenho urbano e industrial quanto o desenho arquitetônico fundaram critérios estruturantes desde a modernidade para a produção do espaço habitável. Assim, por intermédio de critérios de desenho, o espaço de convivências sociais foi cooptado para a conveniência de desenvolvimento do patriarcado e do capitalismo. Ainda segundo o autor, o critério de desenho atua tanto na subdivisão do espaço da moradia entre público e privado quanto na estrutura funcional do espaço habitacional. Portanto, entre outras opções, elencamos esses como critérios importantes que utilizam o desenho arquitetônico como instrumento de reprodução espacial a partir de necessidades e propósitos políticos de uso universal. O que faz a delimitação da habitação, de acordo com Galván (2017), seguir três bases fundamentais: a visão dicotômica entre masculino e feminino, a submissão das mulheres ao espaço privado e a naturalização da cis-heterossexualidade como performatividade essencial do núcleo familiar.

Nesse mesmo sentido, Jaque e Walker (2017) também destacam a importância do desenho arquitetônico na conformação ideológica do projeto arquitetônico, mesmo quando o ato de desenhar não parte do posicionamento consciente de atuações políticas. Isso quer dizer que a arquitetura pode tornar o espaço significativo tanto pela reflexão crítica de suas atuações quanto pela contínua reprodução da realidade material através do sistema político dominante. Desse modo, ao analisarem a dimensão política envolvendo o *design*¹ e as relações espaço-objeto, os autores consideram existir um divórcio entre o desenho arquitetônico de qualidade formal e a ideologia para a qual a arquitetura está servindo. Portanto, ao rever o discurso comercial e político, mais voltado à reprodução do que à criatividade, o desenho torna-se um instrumento de contestação da funcionalidade e da necessidade associadas à economia do espaço padrão e dos objetos industrializados (JAQUE; WALKER, 2017).

Esse alinhamento questionador tem sido a base do trabalho apresentado pelo arquiteto espanhol Andrés Jaque, ao criticar a convenção do seu contexto profissional

¹ O termo *design* é visto aqui como a intenção projetual por meio do desenho arquitetônico.



Figura 2: Exposição *IKEA Disobedients* no MoMA PS1. Fonte: Andres Jaque Architects e Office for Political Innovation, 2012. Disponível em: <https://www.metalocus.es/sites/default/files/styles/mopis_news_gallery_deskop/public/file-images/metalocus_Urban_Enactments_Andre%CC%81s_Jaque_Office_for_Political_Innovation_05_900.jpg?itok=XMocljVR>. Acesso em 26 jul. 2023.

² A IKEA é uma empresa privada de atuação mundial que produz móveis domésticos com relativo baixo custo e influencia as convenções representativas de espaços domésticos (JAQUE; PEÑALBA, 2013).

³ Em junho de 2012, esse projeto *IKEA Disobedients* foi adquirido pelo MoMA de Nova Iorque como parte de sua coleção, o que confere seu caráter conceitual e artístico (JAQUE; PEÑALBA, 2013).

através de propostas arquitetônicas inovadoras e de manifestos artísticos e políticos. Em um de seus trabalhos premiados, em coautoria com Ana Peñalba, a função preestabelecida para a combinação de móveis e utensílios produzidos pela empresa IKEA² é desobedecida, ao serem criados outros ambientes para a organização de atividades e experiências, na intenção de resignificar o espaço doméstico padronizado pelo processo industrial e massificado da empresa. Nessa experiência, são propostas alterações de uso combinadas com um novo desenho do espaço, com possibilidade de reapropriação a novos usos e sentidos de habitar (figura 2). Assim, no formato de uma grande instalação arquitetônica, as pessoas foram convidadas a reencontrar suas particularidades onde a nova conformação espaço-objeto possibilita mudanças aleatórias das atividades cotidianas (JAQUE; PEÑALBA, 2013).

Enfim, nesse manifesto os autores destacam as singularidades da vida doméstica ao afirmarem que nem todas as pessoas são saudáveis, nem todas são jovens e nem todas possuem filhos/as para criar. Dessa maneira, a proposta *IKEA Disobedients*³ desafia a convenção da moradia e reduz a distância que separa a domesticidade do espaço visto desde o ponto de vista público, alterando, assim, o sentido político do espaço da habitação por intermédio da experiência do lugar e do desenho arquitetônico (JAQUE; PEÑALBA, 2013).

Considerações finais

Tendo como referência a matriz cis-heteropatriarcal e os modelos de racionalização do espaço dados pela cidade industrial e modernista, torna-se inexorável a continuidade de processos de reprodução material e simbólica sustentados por justificativas de desenvolvimento econômico e social. Por isso, os fenômenos de padronização

de comportamentos e representações materiais na sociedade contemporânea - principalmente entre os segmentos com menor poder aquisitivo da população - repercutem como medidas de controle e manutenção das várias esferas da cultura material e dos modos de vida. Seus efeitos, portanto, estão presentes na aparência e na funcionalidade atribuídas a objetos como camas e sofás, aparelhos domésticos, em ambientes completos da residência, como nas salas de estar e nos dormitórios. Enfim, de maneira geral, estão presentes na configuração das edificações, das dimensões funcionais e das necessidades atribuídas pelos parâmetros comerciais como valores compulsórios e universais.

Em geral, a configuração de tais aspectos na cultura material influencia e é influenciada, substancialmente, pela subordinação das relações humanas às disciplinas incorporadas aos comportamentos, desejos e identidades coletivas e individuais, em associação direta e dicotômica com as tecnologias de gênero e sexualidade. Dessa forma, a habitação vista sob a perspectiva cis-heteropatriarcal define-se, majoritariamente, como lugar sagrado de idealizações para os/as moradores/as. Além disso, esse modelo de referência também se define como unidade simbólica de reprodução e exclusão, diante de experiências alternativas em relação às convivências padronizadas.

Na medida em que os valores culturais estabelecem hábitos de precarização e vulnerabilidade social, atrelados aos fenômenos de uso cotidiano e funcional da habitação, outros valores precisam ser resgatados em prol do cuidado e da boa convivência no âmbito das privacidades. Nesse sentido, com os exemplos de moradias compartilhadas e casas-abrigo apresentados neste artigo, torna-se possível revisarmos os parâmetros espaciais a partir das dimensões ética e solidária de redução dos conflitos sociais, principalmente, dos conflitos motivados por pensamentos retrógrados de preconceito e discriminação envolvendo as relações de gênero e sexualidades. Ao mesmo tempo, a resignificação da moradia por intermédio do desenho arquitetônico também é fundamental para direcionarmos novos conceitos e meios de edificação, como parte de atuações políticas e profissionais responsáveis.

Por fim, ainda que a noção da moradia convencional seja uma entre tantas maneiras válidas de pensarmos a habitação contemporânea, são nesses novos arranjos de inclusão social por meio de abrigos colaborativos e representações arquitetônicas que o conceito de morar tende a ser resignificado nos moldes de sua espacialidade transitória e no combate ético e estético contra a tirania cis-heteropatriarcal.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural. (Série Pensadores), 1978.
- BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Habitus e Campo. In: BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p. 57-68, 2011.
- CAMPOS, Dalvan Antonio de; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200209&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2023.

- COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? *Revista Cult*, ano 19, Edição especial n. 6, p. 38-41, 2016.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, p. 1163-1178, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/lj/csc/a/fjGnr6ZsLtwkhvdkrdfhpcdw/#>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.
- DUARTE, Artur de Souza; CYMBALISTA, Renato. Não só moradia: A Casa 1, suas estratégias espaciais e o fortalecimento da vizinhança em diálogo com a militância LGBT. In: VALENÇA, Márcio Moraes; Medeiros, Sara R. F. Queiroz de (org.). [...] *Anais do Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Natal: ENANPUR, 2019. Disponível em: <<http://xviiienganpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1329>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- ENGEL, Cíntia Liara. Violência contra a mulher. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, p. 159-216, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/denve/Downloads/Beijing_20.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Tecnologías del yo*. Traducido por Mercedes Allendesalazar. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- GALVÁN, Javier Caballero. Los criterios de diseño arquitectónico de la vivienda moderna desde la perspectiva de género. In: COZZI, Galia; VELÁZQUEZ, Pilar (org.). *Desigualdad de género y configuraciones espaciales*. 1. ed. Vol. 1. México: Universidad Nacional Autónoma de México, p. 173-190, 2017.
- GOMES, Romeu. A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: uma discussão introdutória. *Athenea Digital*, n. 14, p. 237-243, 2008. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2736191>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- HEIDEGGER, Martin. *Construir, habitar, pensar*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Ensaio e conferências. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002 (1954). Disponível em: <https://issuu.com/estevaosabatier/docs/heidegger__martin__construirhabitar>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- JAQUE, Andrés; PEÑALBA, Ana. IKEA Disobedients, an experiment on the political activation of domestic urban assemblages. *International Journal of Interior Architecture+Spatial Design (Autonomous Identities)*, Houston: ATRIUM Press, University of Houston, v. 1, p. 166-171, 2013. Disponível em: <<https://officeforpoliticalinnovation.com/wp-content/uploads/2019/02/2013.1-IKEA-Disobedients.-An-Experiment-on-the-Political-Activations-of-Domestic-Urban-Assemblages.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- JAQUE, Andrés; WALKER, Enrique. La arquitectura como instrumento político: Andrés Jaque y Enrique Walker en conversación. *ARQ 96*, Escuela de Arquitectura Pontificia Universidad Católica de Chile, p. 16-31, 2017. Disponível em: <<https://officeforpoliticalinnovation.com/wp-content/uploads/2019/02/2017.1-Architecture-as-a-Political-Instrument.-ARQ-96.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- KAPP, Silke. Síndrome do estojo. In: IV Colóquio de Pesquisas em Habitação: coordenação modular e mutabilidade. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG/MOM, v. 1, p. 1-9, 2007. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/01_biblioteca/arquivos/kapp_07_sindrome_do_estojo.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- KRENKEL, Scheila; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Violência contra a Mulher, Casas-Abrigo e Redes Sociais: Revisão Sistemática da Literatura. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 37, n. 3, p. 770-783, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000300770&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2023.

- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LIRA, Elza Maria Rabelo. *Por uma significação da moradia: um estudo de caso em Maceió-AL*. Dissertação. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7011/1/Dissertacao_ElzaMariaRabeloLira_2009_completa.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- MUSSET, Alain. De Lênin à Lacoste: os arquétipos espaciais de subdesenvolvimento. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar* [online]. Salvador: EDUFBA, p. 86-113, 2009. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/37t/pdf/ribeiro-9788523209322.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- NUNES, Denise Vianna; VIEIRA, Larissa Tavares. Modos de habitar a cidade contemporânea: Moradia compartilhada e colaborativa. In: VALENÇA, Márcio Moraes; Medeiros, Sara R. F. Queiroz de (org.). *Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Natal: ENANPUR, 2019. Disponível em: <<http://xviiiinanpur.anpur.org.br/anaisadmin/capapdf.php?reqid=571>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- Organização Mundial da Saúde. *Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência 2014*. São Paulo: OMS, 2015. Disponível em: <<https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- PINHEIRO, Ana Laura Lobato. Direitos humanos das mulheres. In: FONTOURA, Natália; REZENDE, Marcela; QUERINO, Ana Carolina. *Beijing +20: avanços e desafios no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, p. 407-415, 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/denve/Downloads/Beijing_20.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Neí, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, p. 117-142, 2005.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100365&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Tese de Livre-Docência da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: USP, 2015.
- ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SANTOS, Marinês Ribeiro dos. Gênero e cultura material: a dimensão política dos artefatos cotidianos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100300&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- SARDÁ-VIEIRA, Marcos (2021). Identidades contingentes e cultural material na Pós-Modernidade. *Revista Grifos*, v. 31, p. 23-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.22295/grifos.v31i55.6135>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2312/1745>>. Acesso em: 26 jul. 2023.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno*. Vol. 1: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Tradução Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Academic Press, New York, 1974.
- WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Traducción de Javier Sáez y Paco Vidarte. Barcelona: Madrid: Editorial Egales, 2006.

Recebido [Nov. 16, 2022]

Aprovado [Set. 05, 2023]